

síduos” do Império que procuram em Portugal fugir ao desastre que em casa foi a herança portuguesa. É uma suprema (e dolorida) ironia que os imigrantes sirvam como o campo preferencial de reordenação simbólica da ordem imperial.

Embora ao leitor brasileiro o tema da lusofonia debatido por Margarido praticamente não faça o menor sentido (o que é ótimo e dói nos ouvidos portugueses), para os países africanos recém-saídos do – e destruídos pelo – período colonial, a temática lusófona é, no mínimo, repugnante. Mas é preciso alertar ao potencial público objeto da ideologia “lusófona”, os falantes de português, a não jogar o jogo da lusofonia, seja por subordinação causada pela miséria (no caso de Moçambique, Angola, São Tomé, Cabo Verde e Guiné), seja por desprezo (no caso do Brasil). Entre outras causas, é justamente por esse grande desprezo da opinião pública brasileira, que o mecanismo da CPLP pode curvar-se ao lusofonismo tacanho do governo português. Para imigrantes brasileiros e africanos das ex-colônias, entretanto, o discurso da lusofonia é uma armadilha terrível, pois o espaço lusófono, como mito que é, nunca se realizará na prática. A busca por direitos “especiais” baseados na lusofonia por parte de associações imigrantes oriundas do desastre colonial português, além de infecunda, apenas reforça essa “ideologia-estrupe” (no dizer de Margarido).

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1999. *Ensaios em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 272 pp.

---

John M. Monteiro

Professor, Departamento de Antropologia,  
IFCH/Unicamp

Dividido em quatro partes, *Ensaios em Antropologia Histórica* reúne oito textos de João Pacheco de Oliveira sobre temas variados, revelando a trajetória acadêmica de um dos mais destacados etnólogos do país. Escritos em momentos diferentes com objetos e objetivos diversos, os ensaios trazem uma constelação de observações perspicazes, percepções originais e lições pertinentes de antropologia. Sempre preocupado em explicitar suas opções teóricas, suas posturas perante as políticas do Estado e seu compromisso com a responsabilidade social do antropólogo, João Pacheco mostra-nos várias faces dos múltiplos dilemas que o antropólogo enquanto etnógrafo, cientista social e cidadão enfrenta neste início de milênio.

O título do livro, antes de anunciar um recorte interdisciplinar específico, na verdade ganha vários sentidos ao longo dos oito capítulos. Já na apresentação, o autor estabelece que, “[n]este livro, a dimensão histórica foi escolhida como estratégica para uma reflexão sobre as sociedades e culturas indígenas do Brasil”, pois, segundo ele, uma compreensão dessas sociedades e culturas “não pode passar sem uma reflexão e uma recuperação críticas de sua dimensão histórica”. Por “dimensão histórica” ele entende os “eixos espaço-temporais” nos quais os indígenas atuam como “sujeitos históricos plenos” (:8). Se este caminho já vem sendo trilhado na etnologia brasileira há algum tempo, ainda persiste no Brasil a imagem

empedernida dos índios como eternos prisioneiros de uma idade da pedra. “É preciso”, escreve João Pacheco, “retirar as coletividades indígenas de um amplo esquema dos estágios evolutivos da humanidade e passar a situá-las na contemporaneidade e em um tempo histórico múltiplo e diferenciado” (:9).

Na medida em que esta perspectiva analítica é evocativa de uma terminologia e de um conceituário da antropologia política de algumas décadas atrás, o autor busca atualizar o significado e o alcance de algumas noções-chave – como a de “situação” – para os desafios da etnologia no Brasil hoje. Há situação para tudo quanto é gosto: situação colonial, situação histórica, situação etnográfica, situação de pesquisa, situação de perícia. Destas, a que ganha destaque especial é a situação etnográfica. Assim, o olhar para a dimensão histórica diz respeito não apenas à interação dos protagonistas que são os objetos da antropologia, mas também coloca em primeiro plano as condições conjunturais que influenciaram a produção antropológica, a começar pelo trabalho de Nimuendajú e desembocando na antropologia do próprio autor.

Esse exercício ganha força na primeira parte do livro, cujo título tão amplo quanto vago (“Etnografia Amazônica”) esconde o caráter específico do objeto: a história ticuna. No texto inicial, Oliveira coteja “uma narrativa histórica convencional”, isto é, baseada em documentos escritos e guardados pelos agentes indigenistas, com uma “possível história indígena”, esta predicada na “atualização, dentro de determinada conjuntura, de uma forma narrativa da tradição ticuna” (:55). A complementaridade da análise histórico-antropológica é bem ilustrada no exemplo de Manuel Pereira Lima, Ma-

nuelão, chefe do Posto Indígena Ticuna nos anos 40 que, ainda hoje, possui uma imagem favorável entre os índios (“Foi puro chefe bom!”, segundo um informante). Criticando as limitações de uma “análise situacional” para explicar a imagem de Manuelão, o autor afere um peso decisivo às “tradições culturais” ticuna: “[A] sua enorme capacidade de mobilização e a autoridade de que a sua palavra estava investida são fatores que só podem ser explicados com referência às crenças e costumes tradicionais dos ticuna” (:40).

O segundo artigo desta parte traz um excelente ensaio sobre a presença de Curt Nimuendajú entre os Ticuna. Mais especificamente, aborda o lugar de Nimuendajú na história ticuna e, concomitantemente, o lugar da história ticuna na etnologia de Nimuendajú. Ao realizar uma “etnografia da situação de pesquisa”, João Pacheco refina o espectro de análise introduzido no primeiro capítulo, exemplificando através de Nimuendajú “como transformações históricas e de maior envergadura são pensadas pelos ticuna, indicando, inclusive, o importante papel que, segundo as tradições nativas, os brancos desempenham nesse processo” (:63). Nimuendajú, é claro, não constituía um branco qualquer. Testemunha ocular de um movimento profético em plena ebulição, o etnólogo alemão explicitou a intencionalidade por trás de sua pesquisa participante, em uma carta a He-loísa Alberto Torres: “Fiz uma romaria a esses lugares sagrados dos ticuna, o que aumentou enormemente a simpatia deles por mim” (:73). Mais uma vez, esse registro histórico-documental é cotejado com uma versão nativa, esta pautada pelo princípio da reciprocidade. Segundo os informantes ouvidos em 1981 por João Pacheco, “os ticuna gostavam muito dele [Nimuendajú] [...]

porque ele gostava muito dos ticuna também” (:77).

Mas o ponto central do ensaio reside na análise da “situação etnográfica”, uma conjuntura histórica específica estruturada em torno da “tríade” formada pelo “pesquisador, os nativos e os brancos que os dominavam”. Em virtude do controle que os padrões exerciam sobre os índios nessa tríade, o papel de Nimuendajú foi rapidamente transformado em uma postura de “contestação e estímulo à resistência por parte dos indígenas”. Nesse sentido, argumenta o autor, nota-se “o involuntário (e quase inevitável) envolvimento do etnógrafo em processos sociais que afetaram a população estudada”, tornando-se, na verdade, “um agente de mudança em escala local” (:86-87). O exemplo de Nimuendajú entre os Ticuna – e isso certamente vale para a experiência prévia do mesmo etnólogo entre os Apapocúva-Guarani – aponta para a “singularidade” da etnologia brasileira, na qual a pesquisa etnográfica entre sociedades indígenas necessariamente acompanha a “ação indigenista”. Reatualizado de maneira dramática em anos recentes, esse “nexo latente” continua a se expressar “não somente nas intervenções públicas dos etnólogos (enquanto cidadãos), mas também nas suas relações com os índios e a sociedade, nas condições de pesquisa e nos esforços interpretativos” (:90-91).

Essa incursão pela história da antropologia abre caminho para os outros ensaios de antropologia histórica que compõem a segunda e terceira partes do livro, nas quais o nexos entre etnologia e indigenismo se torna bem menos latente. A parte II (“Atravessando Fronteiras Étnicas”) traz dois ensaios sobre a “mistura”, o que pode se referir tanto aos chamados “índios misturados” quanto à mestiçagem interdisciplinar.

O primeiro deles é uma versão do controvertido artigo que apareceu em *Mama* em 1998, no qual o autor critica os estudos “americanistas” por seu “desconforto” diante das “populações indígenas de baixa distintividade cultural” (:99). O texto gira em torno de três teses que o autor considera como obstáculos teóricos para uma melhor compreensão das sociedades indígenas no Brasil. As teses são, na verdade, *straw men*, ou seja, construções do próprio autor buscando ilustrar a posição de outros que não são claramente identificados. A primeira tese diz respeito à suposição de que “os índios (tal como falamos deles hoje) sempre existiram”. Há, suponho, um consenso entre os antropólogos contemporâneos quanto ao equívoco da tese, porém é importante sublinhar suas implicações no contexto específico das “identidades emergentes”. À medida que os antropólogos lutam contra a reificação da cultura e das unidades socioculturais, as identidades emergentes freqüentemente se fixam em marcadores essencializados, tais como o etnônimo e um território “histórico”. O que leva, aliás, à segunda tese-problema: esta diz respeito à “conexão entre uma etnia específica e um espaço geográfico”. Nesse ponto, o autor considera infrutíferos os esforços de antropólogos e historiadores em tentar estabelecer tal conexão, sugerindo que a maior contribuição que pode surgir das pesquisas etnohistóricas reside na necessidade de “repensar o processo de fragmentação e reconstituição das unidades étnicas, recuperando os fluxos culturais e as interconexões existentes entre elas” (:120).

Essa idéia de “fluxos culturais”, emprestada de Ulf Hannerz, também aparece na crítica à terceira e mais problemática tese. Neste caso, João Pacheco formula a tese entre aspas, sem citar o

possível autor da frase: “[P]ara conhecer a verdadeira singularidade de uma cultura indígena seria preciso perseguir os elementos de sua cultura originária ou autóctone, isentos da mácula da presença de instituições coloniais”. Aqui o autor se refere ao paradoxo que tanto marcou as etnografias clássicas que, apesar de produzidas no contexto do avanço colonialista, apresentavam as sociedades primitivas como sistemas fechados e totalmente independentes da influência do contato com o Ocidente. Também se refere à idealização da cultura indígena presente nos clássicos da etnologia brasileira, mesmo sob a égide da noção de aculturação e, portanto, do paradigma da mudança cultural. Mas a crítica parece se dirigir a outro endereço: aos “estudos americanistas”, ou seja, à área de estudos etnológicos voltados para as terras baixas da América do Sul e centrados na Amazônia. Para o autor, entre as “prioridades e premissas” desses estudos figuram “uma idealização do passado e de uma pureza original, [uma] naturalização da situação colonial e ainda [uma] etnologia das perdas culturais”. Estas prioridades e premissas teriam de ser discutidas, segundo o autor, “à luz de uma *antropologia histórica*” (:118, ênfase do autor).

Mas *qual* antropologia histórica? Aqui as possibilidades de diálogo se tornam difíceis, pois estamos falando de concepções distintas de história e de agendas diferentes para a etnologia. No capítulo que segue, sobre os índios nos censos nacionais, o autor identifica em termos mais explícitos o que ele entende ser o uso limitado da noção de história nos estudos americanistas. Nestes, “a história é somente um veículo transportador dessas culturas, de sua condição passada de plenitude até o momento atual [...] ocasião em que mui-

tas vezes já estão despojadas de sua unidade e sistematicidade” (:124). A crítica de João Pacheco pode fazer algum sentido, tendo em vista que uma parte expressiva dos estudos etnológicos dá relativamente pouca importância ao contato e ao colonialismo na análise e na explicação das estruturas sociais e simbólicas dos índios. Mas o autor parece exagerar na dose, deixando de levar em conta que uma problematização da história vem sendo um dos elementos mais importantes que caracterizam os atuais estudos etnológicos sobre as sociedades indígenas na Amazônia. Do mesmo modo, assistimos também nesses estudos a um progressivo abandono do enfoque sobre unidades fechadas e à correspondente abertura para sistemas regionais multissociais e multilingüísticos.

A terceira parte do livro, “Indigenismo, Pluralismo e o Papel do Antropólogo”, apresenta três ensaios que, apesar de um pouco menos preocupados com a antropologia histórica, repisam vários temas suscitados nos textos anteriores. No ensaio que aborda o lugar dos índios na formação histórica do Estado nacional, surge uma penúltima gradação da noção de antropologia histórica, à medida que o autor pincela a maneira pela qual os índios foram (e são, em muitos casos) caracterizados como artefatos do passado, “fósseis vivos” nas palavras marcantes de um sertanista da Funai. Retomando alguns comentários sobre a demografia indígena, João Pacheco chama a atenção para a ambigüidade do binômio exclusão/inclusão. O “senso comum” sustenta que os índios são sempre “exteriores à sociedade nacional” (:130), o que levou os censos comuns a enfeixar populações em categorias genéricas de classificação social, freqüentemente referenciadas no ideal da mestiçagem (ca-

boclos, pardos). Do mesmo modo, a “representação mais comum sobre o índio” desloca-o para o passado, “seja aos primórdios da humanidade, seja aos primeiros capítulos da História do Brasil” (:196). Mas esse deslocamento é relativizado constantemente pela renovação do mito da avó índia caçada a laço ou a dente de cachorro, na verdade tão presente na Amazônia e no Nordeste quanto no interior paulista ou catariense. A proximidade genealógica dos índios às famílias brasileiras – sempre pela linha materna, como observa o autor (algo “confirmado” recentemente por pesquisas de geneticistas em Minas Gerais) – realça o caráter ambíguo da exclusão e levanta questões interessantes sobre o laço entre o “senso comum”, o pensamento social e a política indigenista ao longo dos últimos dois séculos.

O autor encerra o livro com um longo depoimento – o antropólogo por ele mesmo –, apresentando uma autobiografia intelectual na forma de um memorial. Geralmente uma leitura reservada às bancas de concursos de provas e títulos, o memorial constitui um gênero narrativo que, via de regra, é escrito de maneira perfunctória. Vencido o “peculiar desconforto” inicial do etnógrafo ao se defrontar com a tarefa da auto-etnografia (desconforto, aliás, não compartilhado por todos os etnógrafos contemporâneos), o autor trata da própria carreira com a mesma sensibilidade e estilo que marcam os primeiros ensaios do livro. Encontramos, nesta seção final, uma última variante da “antropologia histórica”: trata-se do tempo e da trajetória do autor, submetidos a uma (auto)análise processual. Investindo no estilo, o autor conduz o leitor pelos meandros de sua formação através da metáfora da viagem – metáfora esta também utilizada por ele em

seus estudos sobre o fenômeno da “emergência étnica” (*A Viagem de Volta*). Diferente do viajante onisciente do passado, o etnógrafo contemporâneo cai inevitavelmente nos *blurred genres*: é simultaneamente navegador e aprendiz, é tanto sujeito quanto objeto. Sensível à força das categorias colonialistas, não as abandona mas as domestica, em uma nova rotação de perspectiva. É ele que é batizado, é ele que experimenta a conversão. E é ele que se propõe a realizar a viagem de volta: pensa em “utilizar a própria experiência de trabalho de campo para refletir sobre a relação entre situação etnográfica e produção científica” (:259). Em seu conjunto, para fazer eco ao bom prefácio de Roberto Cardoso de Oliveira que apresenta o livro, *Ensaio em Antropologia Histórica* entra no roteiro de leituras obrigatórias dos colegas de profissão. É uma leitura importante também para os jovens estudantes de antropologia, que hoje dispõem de um leque cada vez mais aberto de depoimentos e de diários de antropólogos, revelando aspectos da formação, da aventura do trabalho de campo, dos dilemas políticos e, sobretudo, da responsabilidade social do pesquisador.

RICARDO, Carlos Alberto (ed.). 2000. *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental. 832 pp. (mapas, ilustrações, gráficos, tabelas).

Francisco Silva Noelli

Professor, Universidade Estadual de Maringá

A publicação dessa obra de consulta obrigatória consolida e coroa o esforço de várias pessoas devotadas à autode-terminação dos 350 (ou 500) mil “índi-